

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.** Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 20259/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **LOGFARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 02.376.381/0001-33, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 1.011,45 por descumprimento do Contrato nº 395/2016, Edital nº 4349/2015.

Cod. Mat.: 742327

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDENCIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE  
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DICOS Nº. 019/2021**  
A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto, no Art. 12 da Lei Estadual Nº 6.320/1983; o art. 23 do Decreto Estadual Nº 24622/1984; e o Art. 29 caput do Decreto Estadual Nº 23.663/1984 torna pública a **INTERDIÇÃO EM DEPÓSITO, COMO MEDIDA CAUTELAR**, dos produtos constantes no ANEXO I:

ANEXO I

PRODUTO/MARCA	EMPRESA/CNPJ	MOTIVO DETERMINANTE
Nome: ÁLCOOL Marca: Protect Max Lote: 023/21 Data de Validade: 36 meses	Nome: Waltrick Química Sul Ltda CNPJ: 02.732.930/0001-65 Endereço Completo:	Medida cautelar em proteção à saúde pública, conforme laudo de análise nº 325.1.0/2021 LACEN/SC com conclusão de ensaio INSATISFATORIO. O Lote analisado apresentou resultado de “Teor Alcoólico” 66,21° INPM de título alcoométrico ponderal, 5,42% abaixo do valor declarado no rótulo, em desacordo com a RDC Nº 59/2010.

- Determinar que a Empresa comunique os locais de distribuição para que procedam com a suspensão temporária da distribuição e comercialização dos produtos listados, como medida cautelar.
- Determinar a todos os estabelecimentos de comércio e/ou distribuição em funcionamento no Estado de Santa Catarina que interrompam o comércio dos produtos listados acima, mantendo em depósito até a emissão dos laudos de análise com resultado satisfatório dos produtos pelo Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN/SC.
- Determinar aos órgãos competentes da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina (UDVISAs e VISAs Municipais), que fiscalizem os estabelecimentos de comércio e/ou distribuição dos produtos listados acima para verificar o cumprimento da referida notificação.
- O não cumprimento do disposto nesta Notificação configura infração de natureza sanitária, com sanções previstas na Lei Estadual nº 6.320/1983.
- Esta Notificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique - se.  
Florianópolis, 28 de maio de 2021

Cod. Mat.: 742334

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 903/GAB/DGPC/PCSC de 01/06/2021.  
Institui e nomeia a comissão para elaborar e acompanhar a revisão do PPA 2020-2023 e elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual 2022 (PLOA 2022) do Fundo de Melhoria da Polícia Civil (Unidade Gestora n. 16084).  
O Delegado- Geral da Polícia Civil no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:  
Art. 1º Fica instituída a comissão para elaborar e acompanhar a revisão do PPA 2020- 2023 e elaboração do PLOA 2022.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:  
1. Gustavo Madeira da Silveira, Delegado de Polícia, Matrícula 658.666-0;  
2. Andreza Maria Basso, Agente de Polícia, Matrícula 360.106-4;  
3. Estevão Giordani Della Rocca, Agente de Polícia, Matrícula 392.156-5;  
4. Giovanna Silveira da Silva, Agente de Polícia, Matrícula 983.186-0;  
5. Paula dos Santos Barcelos, Agente de Polícia, Matrícula 392.192-1; e  
6. Rafaela Hahn, Escrivã de Polícia, Matrícula 392.383-5.  
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.  
**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado- Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742613

**PORTARIA Nº 502/GAB/DGPC/PCSC de 31.05.2021**  
**O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 226 da Lei 6.843/1986 e em consonância com os preceitos do art. 3º, § 3º e art. 12, II da LC nº 491/2010, resolve **SUBSTITUIR** integrantes da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 12/2020, a Presidente da Comissão, Cláudia Regina Bernardi da Silva, Delegada de Polícia de Entrância Especial, matrícula 283.256-9, pelo Delegado de Polícia de Entrância Inicial, **Henrique Gonçalves Muxfeldt**, matrícula 650.429-9, e o Vogal Adailton Francisco Correa, Escrivão de Polícia Civil, matrícula nº 954.597-2, pela Escrivã de Polícia **Mayara Christine Neres**, matrícula nº 390.915-8, para prosseguirem na apuração iniciada pela Portaria n.º 822/GAB/DGPC/PCSC de 09.09.2020, publicada no DOE n.º 21.350, de 10/09/2020.

**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742287

**PORTARIA Nº 503/GAB/DGPC/PCSC de 31.05.2021**  
**O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 226 da Lei 6.843/1986 e em consonância com os preceitos do art. 3º, § 3º e art. 12, II da LC nº 491/2010, resolve **SUBSTITUIR** integrante da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 19/2019, a Presidente da Comissão, Cláudia Regina Bernardi da Silva, Delegada de Polícia de Entrância Especial, matrícula 283.256-9, pelo Delegado de Polícia de Entrância Inicial, **Henrique Gonçalves Muxfeldt**, matrícula 650.429-9, para prosseguir na apuração iniciada pela Portaria n.º 1063/SSP/DGPC/CORPC de 05/06/2019, publicada no DOE n.º 21.039, de 18/06/2019.

**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742309

PORTARIA Nº 899/GAB/DGPC/PCSC, de 31/05/2021.  
**O DELEGADO GERAL DA POLICIA CIVIL**, com base no Artigo 9º, inciso VI do Decreto nº 348 de 14/11/2019, e conforme processo PCSC 23409/2021, resolve **DESIGNAR** o Policial Civil inativo, LEONIR JOSE BASEI, mat. nº 0167678401, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, pelo prazo de 02 anos, na DRP SAO MIGUEL DO OESTE, com efeitos a contar de 01/06/2021.

**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742354

PORTARIA Nº 901/GAB/DGPC/PCSC, de 31/05/2021.  
**O DELEGADO GERAL DA POLICIA CIVIL**, com base no Artigo 9º, inciso VI do Decreto nº 348 de 14/11/2019, e conforme processo PCSC 51975/2021, resolve **DESIGNAR** o Policial Civil inativo, REGINALDO PACHECO GARCIA, mat. nº 0196621901, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, pelo prazo de 02 anos, na DPCAMI ARARANGUA, com efeitos a contar de 14/06/2021.

**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742356

**PORTARIA Nº 357/PCSC/DGPC/CORPC, de 19/04/2021.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Policial Civil, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do **art. 224, § 1º da Lei nº 6.843/86** e **art. 17º, §§ 4º e 5º da Lei Complementar 491/2010**, determina instauração de Sindicância Acusatória, e designa o Delegado de Polícia de Entrância Especial, **Rubens João Leite Farias**, matrícula nº. 262.713-2 e a Escrivã de Polícia nível V, **Liliane Rachadel**, matrícula nº. 378.498-3, ambos em exercício de suas funções na Corregedoria da Polícia Civil, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de **Sindicância Acusatória** para apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao Agente de Polícia, **I.T.S.J** matricula **nº927.855-9**, nível V, a época dos fatos em exercício de suas funções na DPCAMI de Blumenau, em ra-

zão do que foi apurado na **Sindicância Preparatória nº25/2020**. Em apertada síntese restou apurado que por volta das 14h30min do dia 23/10/2019 a sindicato compareceu na Junta de Perícia Médica do Estado, no município de Blumenau quando foi atendido pelo médico perito Erick Paul Winnikowem. Durante o atendimento ocorreu desentendimento com o médico em razão de questionamentos dos motivos do afastamento do trabalho, momento que teria alterado o tom de voz e desferido soco(s) na mesa, fazendo com o médico mandasse que se retirasse da sala. Assim agindo, conforme despacho exarado da Excelentíssima Corregedora-Geral, teria, em tese, incorrido na infração disciplinar prevista no **art. 208, inc. XVII** - portar-se de modo inconveniente em local público, causando desprestígio a organização policial, **c/c art. 204**, todos da **Lei nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina, devendo o processo observar o crivo do contraditório e da ampla defesa e, no prazo de 10 dias a contar da publicação no Diário Oficial do Estado, dar início aos trabalhos, com autuação da presente peça e demais documentos que a acompanham, concluindo-se a apuração, se possível, no prazo de 30 dias.

**Maria Carolina Milani Caldas Sartor**  
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742365

**PORTARIA Nº 359/PCSC/DGPC/CORPC, de 20/04/2021.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Delegada Corregedora-Geral da Policial Civil, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do **art. 224, § 1º da Lei nº 6.843/86** e **art. 17º, §§ 4º e 5º da Lei Complementar 491/2010**, determina instauração de Sindicância Acusatória, e designa os Delegados de Polícia, **Rubens João Leite Farias**, matrícula nº. 262.713-2 de Entrância Especial e **André Luiz Bermudez Pereira**, matrícula 650.543-0 de Entrância Final em exercício de suas funções na Corregedoria da Polícia Civil e Academia da Polícia Civil, respectivamente, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de **Sindicância Acusatória** para apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao Delegado de Polícia Substituto, **R.D.S** matricula nº**953730-9**, a época dos fatos em exercício de suas funções na Delegacia de Polícia da Comarca de Biguaçu, em razão do que foi apurado na **Sindicância Preparatória nº191/2021**. Em apertada síntese restou apurado que o sindicato estava escalado para o plantão na CRPP de São José no dia 01/04/2020 quando às 19h10min foi registrado o boletim de ocorrência nº 00480-2020.0001035, dando conta que integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil e da Guardas Municipal de São José, após diligências apresentaram dois indivíduos, e objetos recuperados produtos de furto das lojas Havan. O sindicato analisou os fatos e entendeu que não estaria configurada a situação de flagrância determinando a liberação dos conduzidos, mas deixou de tomar as providências imediatas e de praxe para apuração dos fatos, que seriam as oitivas dos conduzidos e condutor(es), bem como, a formalização da apreensão dos objetos apresentados. Assim da forma que atuou no caso, conforme despacho exarado da Excelentíssima Corregedora-Geral, teria, em tese, incorrido na infração disciplinar prevista no **art. 208, inc. VIII** - agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo, **c/c art. 204** - constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do policial civil que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina ou hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízos de qualquer natureza à administração, ambos da **Lei nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina, devendo o processo observar o crivo do contraditório e da ampla defesa e, no prazo de 10 dias a contar da publicação no Diário Oficial do Estado, dar início aos trabalhos, com autuação da presente peça e demais documentos que a acompanham, concluindo-se a apuração, se possível, no prazo de 30 dias.

**Maria Carolina Milani Caldas Sartor**  
Corregedora-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742367

**PORTARIA Nº 507/GAB/DGPC/PCSC, de 31/05/2021.**  
**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **SUBSTITUIR** a Presidente Delegada de Polícia de Entrância Especial **Cláudia Regina Bernardi da Silva**, da Comissão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2018**, instaurado através da Portaria nº 127/SSP/DGPC/CORPC, de 19/02/2018, publicada no DOE nº 20.759, de 30/04/2018, **DESIGNANDO** o Delegado de Polícia de Entrância Especial **Rubens João Leite Farias**, matrícula nº 262.713-2, para exercer a função de Presidente da Comissão.  
**Paulo Norberto Koerich**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 742406

**PORTARIA Nº 508/GAB/DGPC/PCSC, de 31/05/2021.**  
**A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **SUBSTITUIR** a Presidente Delegada de Polícia de Entrância Especial **Cláudia Regina Bernardi da Silva**, da Comissão do **Processo Adminis-**